



ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS PELO ESTADO COM FINALIDADE DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL¹

Maria Eduarda Boeira Martins²
Olinda Barcellos³

RESUMO

O presente resumo aborda o tema referente à arrecadação tributária, mais em específico, os critérios de ser justa e transparente no Brasil, a qual é notória a relação entre o desenvolvimento nacional e a cobrança de tributos, uma vez que quanto maior a desigualdade econômica, mais distante está os direitos fundamentais e objetivos previstos na Constituição. Assim sendo, destina-se a responder o seguinte problema de pesquisa: quais medidas tributárias são benéficas para o desenvolvimento nacional, na pretensão de equidade e crescimento econômico? Ademais, no estudo proposto é explorada a situação pandêmica que contribuiu em mais discrepância econômica, com isso, a necessidade de intervenção estatal para minimizar tais adversidades, além de observar as funções econômicas do estado. No desenvolvimento do trabalho, é adotado o método de abordagem dedutivo, bem como o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa a fontes bibliográficas de artigo científico online. O tema está inserido na linha de pesquisa “Constitucionalismo e Concretização de Direitos”. Por ora, identifica-se a necessidade de uma reforma tributária que privilegie uma tributação preferencialmente progressista, em vista da disparidade entre os agentes econômicos, tornando-se apropriada ao desenvolvimento nacional. Ademais, a importância de mais estudos sobre o papel do sistema tributário como pilar ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Arrecadação tributária. Desenvolvimento. Direito. Economia.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Felipe Magalhães.; NETO, Arnaldo Bastos Santos. O objetivo fundamental de “garantir o desenvolvimento nacional” na constituição federal de 1988: análise de um conceito jurídico indeterminado. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/7956>. Acesso em: 26 maio 2022.

¹ Pesquisa acadêmica baseada na temática “Desenvolvimento Nacional” apresentado à disciplina de Economia Política do curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria, FADISMA.

² Autora e acadêmica do segundo semestre do curso de Direito na Faculdade de Direito de Santa Maria, FADISMA. E-mail: mariaeduardabm15@icloud.com

³ Orientadora. Prof.^a Dra. da FADISMA, FAPAS e ACADEPOL. Comissária de Polícia Civil do RS. E-mail: barcellos.olinda@gmail.com



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2022.

CUNHA, Marcial Alves. **Qual o modelo de tributação dos 5 países mais ricos do mundo?** Florianópolis: Politize, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/a-tributacao-nos-5-paises-mais-ricos-do-mundo/>. Acesso em: 26 maio 2022.

GADELHA, Sérgio Ricardo. **Introdução do estudo da economia do setor público**. Módulo 4 - Tributação e funções clássicas do estado. Brasília: Enap, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3239>. Acesso em: 26 maio 2022.

PEIXINHO, Manoel Messias; FERRARO, Suzani Andrade. Direito ao desenvolvimento como direito fundamental. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 16., 2007, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2007. p. 6952-6973. Tema: “Pensar Globalmente: Agir Localmente”. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/_integra_bh.pdf Acesso em: 26 maio 2022.

PIRES, Manoel. **Tributação, equidade e crescimento econômico**. Observatório de Política Fiscal - FGV/IBRE. 2021. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/outros/tributacao-equidade-e-crescimento-economico>. Acesso em: 26 maio 2022.

VITTORIA, Aline Della. Desigualdade e Tributação: Quem paga a conta? **Revista da PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 137-160, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pgfn/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/revista-pgfn/ano-xi-numero-i-2021/pgfn_11-1_07_desigualdade-e-tributacao.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.